**RELAÇÕES ENTRE SER HUMANO E NATUREZA: UMA REFLEXÃO
SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Teresinha Maria Gonçalves

José Ivo Follmann

RESUMO

Este artigo se constitui como um aporte teórico na perspectiva de uma reflexão sobre os valores que orientam as relações do ser humano entre si e deste com a natureza. Apresenta uma discussão sobre a produção da subjetividade na sociedade contemporânea, contexto onde a qualidade de vida recoloca os valores associados à vida e à dignidade. Questiona o atual modelo de desenvolvimento que exacerba a degradação socioambiental, exaure a natureza e aumenta as desigualdades sociais. Urge, neste contexto, investir na mudança de valores e atitudes socioambientais, pois que a degradação do ambiente reflete, em última instância, a própria degradação dos seres humanos e da humanidade, em sua incapacidade de reconhecimento de sua própria dignidade e do valor da vida.

Palavras

ch

RELAÇÕES ENTRE SER HUMANO E NATUREZA: UMA REFLEXÃO

SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Teresinha Maria Gonçalves

José Ivo Follmann

RESUMO

Este artigo se constitui como um aporte teórico na perspectiva de uma reflexão sobre os valores que orientam as relações do ser humano entre si e deste com a natureza. Apresenta uma discussão sobre a produção da subjetividade na sociedade contemporânea, contexto onde a qualidade de vida recoloca os valores associados à vida e à dignidade. Questiona o atual modelo de desenvolvimento que exacerba a degradação socioambiental, exaure a natureza e aumenta as desigualdades sociais. Urge, neste contexto, investir na mudança de valores e atitudes socioambientais, pois que a degradação do ambiente reflete, em última instância, a própria degradação dos seres humanos e da humanidade, em sua incapacidade de reconhecimento de sua própria dignidade e do valor da vida.

Palavras-chaves: valores socioambientais, produção da subjetividade, sociedade, natureza, qualidade de vida.

RELATIONS BETWEEN HUMAN BEING AND NATURE: A REFLECTION ON A CONTEMPORARY SOCIETY.

ABSTRACT

aves: valores socioambientais, produção da subjetividade, sociedade, natureza, qualidade de vida.

RELATIONS BETWEEN HUMAN BEING AND NATURE: A REFLECTION ON A CONTEMPORARY SOCIETY.

ABSTRACT

This article constitutes a theoretical contribution in the perspective of a reflection on the values that guide the relations of the human being among themselves and of this with the nature. It presents a discussion about the production of subjectivity in contemporary society in the context where the quality of life replaces the values associated with life and dignity. It questions the current development model that exacerbates socio-environmental degradation, exhausts nature and increases social inequalities. In this context, it is urgent to invest in the change of socio-environmental values and attitudes, since the degradation of the environment ultimately reflects the degradation of human beings and humanity, their inability to recognize their own dignity and the value of life .

Keywords: socio-environmental values, production of subjectivity, society, nature, quality of life.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida, neste artigo, é a formação de valores na sociedade contemporânea e os seus níveis de degradação e desequilíbrios, buscando, de uma forma

bastante sóbria, pontuar, na sequência, alguns aspectos considerados fundamentais na discussão dos valores nas relações que os seres humanos estabelecem com a natureza.

Passando pelas noções de qualidade de vida, pelas consequências da chamada pós-modernidade e dos apelos da sustentabilidade humana, do bem-estar, o artigo culmina sinalizando rumos entendidos como necessários em termos de valores dos seres humanos em suas relações de reconhecimento e cuidados para com a vida em todos os sentidos e para com a natureza.

A FORMAÇÃO DE VALORES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O sujeito se funda na coletividade, ou seja, só é possível se constituir sujeito, pelo outro. O sujeito é individual no sentido de ser um ser singular, único, com sua história, sua personalidade, seus desejos e sua visão de mundo. A humanidade impressa no sujeito é dada pela coletividade, pelo ato de relacionar-se com seus semelhantes. Nessa perspectiva são construídos os valores humanos que se agregam à vida no sentido de torná-la possível de forma pacífica, saudável, criativa e, portanto, sustentável.

A síntese de tudo, a rigor, está na sustentabilidade. Entretanto, o conceito de sustentabilidade vem sendo profundamente contaminado pelo conceito de sustentabilidade econômica. Trata-se de um viés de perversão introduzido pelo próprio modelo de desenvolvimento que impera em nossas sociedades.

A reflexão que aqui é proposta é conduzida por um esforço para construir o conceito de sustentabilidade de uma forma que rompa com este viés, tomando como suporte para tal, os próprios avanços da sociedade humana neste sentido. O Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por exemplo, aborda o conceito do Desenvolvimento Humano Sustentável mencionando as dimensões da erradicação da pobreza, a promoção da equidade e a inclusão sociais, da igualdade de gênero e raça, da sustentabilidade ambiental, da participação política dos direitos humanos.

Trata-se de princípios morais e sociais ligados à teoria do Estado de Direito e da cidadania¹. Isto, segundo a autora supõe subjetividade integrada, conceito emprestado de Pol², amorosidade, criatividade e solidariedade. É fundamental que se considere, em primeiro plano, a noção de subjetividade integrada, como trabalho autor². A subjetividade integrada é entendida como o nosso mundo interno que é constituído, de forma integrada, de várias dimensões: cognitiva, afetiva, interativa, simbólica e estética. Quando, nesse campo da subjetividade somente se desenvolve, preponderantemente o cognitivo, em detrimento das outras dimensões, têm-se uma subjetividade fragmentada e, portanto, inibidora de um crescimento saudável, criativo do sujeito. A autora¹ destaca ainda a necessidade a importância da emergência de sujeitos amorosos, criativos e solidários. É rigorosamente decorrência de uma autêntica subjetividade integrada, cultivada em uma perspectiva crítica e de superação dos próprios círculos egocêntricos.

Isso aponta para uma avaliação do sentido da existência humana, da qualidade do consumo, da qualidade do trabalho e numa expectativa de vida, de paz e de felicidade que vá além dos problemas de emprego, de salário e de distribuição equitativa da renda. Colocar em questão a qualidade de vida envolve também de forma radical as relações interpessoais, que muitas vezes estão marcadas pela indiferença e pelo descompromisso com o outro. Quando o conceito de competitividade substitui o de colaboração e o de egoísmo pela solidariedade, instala-se na sociedade um estranhamento, um mal estar que

é sentido de maneiras diferentes, pelos discriminadores e pelos discriminados. Os emblemáticos muros que separam a Cisjordânia de Israel, Espanha e Marrocos Estados Unidos e México e, mais perto de nós aqui na América Latina, o muro que separa ricos e pobres na cidade de Lima no Perú, com 10 km de extensão e mais de 3 metros de altura coloca em cheque os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento que tanto se discute no âmbito das ciências ambientais.

Onde estão, no nosso cotidiano, os valores ligados à vida, ao bem comum, à liberdade, à ética essenciais para a construção da subjetividade e ao projeto de vida? O nível de degradação subjetiva pode chegar ao ponto em que os parâmetros do ser feliz ou do sofrer não mais estão separados e discriminados para poderem ser vividos diferentemente pelos indivíduos confundidos pela banalização da dor e do sofrimento.

Em nossas pesquisas realizadas no contexto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense), através do Laboratório de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Psicologia Ambiental nos deparamos muitas vezes, com a solidão de jovens de todas as classes sociais, com o seu vazio existencial, que procura ser preenchido por tempos incontáveis frente às telinhas dos celulares. A massificação do consumo, a banalização da violência (dentro e fora do ambiente familiar), a concentração da riqueza e a degradação ambiental contribuem grandemente para o empobrecimento (material e emocional), acentuando sempre mais as limitações do Estado em prover os serviços básicos a uma população crescente, marginalizada pelos circuitos da produção e do consumo e sem efetivos canais de participação na organização da vida em sociedade.

Essa situação tem gerado disfuncionalidade ambiental, social e moral, pois ao mesmo tempo em que o mercado se amplia, gera a uniformização dos bens de consumo que são, muitos deles, produzidos em condições ecológicas e culturais nas quais a canalização de importantes recursos econômicos é priorizada e do, isto é, tudo para a produção e muito pouco para as políticas sociais.

A dimensão cultural é determinante para a noção de qualidade de vida, pois sugere que o processo de produção e de satisfação das necessidades ultrapasse as necessidades materiais. Ela supera a divisão simplista entre a necessidade objetiva e a de caráter subjetivo, assim como também a dicotomia entre fatores biológicos e psicológicos, incorporando a determinação cultural das necessidades.

O autor³ diz que lidar com responsabilidades e compromissos éticos demanda a construção de sistemas discursivos, que contenham uma reflexão crítica e que alimentem o nosso imaginário e nos deem novas formas de conhecimento diferentes daquelas que são muitas vezes descritas como sendo marcadamente do empreendedor capitalista.

Nesse cenário³ coloca que há um antropocentrismo declarado o que ele chama de “comunitarismo” com uma dicotomia, ao mesmo tempo, uma “complementação” entre local-global aceita pela sociedade capitalista neoliberal onde se coloca a natureza a serviço do homem de uma forma normalizada.

Como “contra-corrente”, concepções ecocentristas e biocentristas evidenciam e denunciam que existem concepções diferentes e radicalmente alternativas, como são as dos povos indígenas e dos povos tradicionais. Harvey assim se expressa:

As concepções inseridas cultural e histórico-geograficamente em particular dos povos indígenas não se coadunam bem com alegações e princípios universais, com frequência apresentados por cientistas⁴.

Existem aspectos a considerar que ultrapassam as racionalidades científicas habituais. Há urgência de uma nova epistemologia que aponte para novos paradigmas. O autor⁵ propõe uma nova epistemologia ambiental para se compreender os problemas socioambientais da América Latina.

A NOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

A noção de qualidade de vida traz, em suas análises, as noções de bem-estar, nível de ingresso, condições existenciais e estilos de vida, que se entrecruzam com processos econômicos e ideológicos na definição de demandas simbólicas e materiais, na imposição de modelos de satisfação com os apelos da propaganda que manipula o desejo das pessoas⁶.

Os valores culturais determinam a estruturação das necessidades e da demanda social, assim como dos meios para satisfazê-las. Existem diferentes vias para estabelecer uma qualidade de vida, que vá desde as formas menos materiais até as mais refinadas da cultura. O que é mais importante para uma pessoa num determinado momento? Quem possui casa, carro, emprego, seguro-saúde e escola garantida para os filhos tem

expectativa diferente em relação à qualidade de vida de quem mora em comunidades pobres e vulneráveis?

A noção de qualidade de vida implica abertura dos desejos e das aspirações para além da satisfação das necessidades básicas. Requer desejo de cidadania, participação garantida na gestão das políticas públicas, solidariedade e acesso aos direitos e bens comuns, de esperança e felicidade.

Através desta noção assim colocada, os valores associados com as restrições de consumo, estímulo e crescimento econômico, satisfação das necessidades individuais diante das exigências para a reprodução social, são revistos. São questionados, também, os benefícios alcançados pelas economias de escala, de aglomeração e a racionalidade do consumo que tende a maximizar o benefício presente em prejuízo do futuro.

Entretanto, muitos desses esforços não conseguem superar a racionalidade produtiva dominante. Esta racionalidade não é questionada na perspectiva social e moral. Por exemplo, até chega a ser reconhecida a importância do acesso da população, no contexto do trabalho produtivo, a certas “amenidades” recreativas e à participação nas tomadas de decisão. No entanto, não se colocam as necessidades como as de autogestão dos recursos, do rompimento dos atuais padrões de consumo e as implicações macromecânicas, que gerariam maior auto-suficiência das comunidades fundadas em consumo diversificado. Isso levaria à redefinição das necessidades básicas, como nutrição, saúde, moradia, vestuário, educação, emprego e participação.

Uma questão importante para análise da qualidade de vida é a percepção que as pessoas têm das suas condições de existência. Isso passa pela compreensão de que o mundo interno do sujeito é constituído pela internalização do mundo externo⁷.

A forma de internalizar depende de cada indivíduo, e as comunidades urbanas e rurais podem perceber de modo diferente, problemas e situações. Cada indivíduo, conforme a cultura, internaliza signos de *status* e de noções de modernidade, vistos como melhoria de sua qualidade de vida, sem perceber as disfunções e as não-adaptações que podem ocorrer no seu estado de saúde e no bem-estar geral.

Nesse sentido, a percepção das condições de existência gera processos de adaptação às situações impostas ou a mobilização social em protestos, incorporando-se ao indivíduo em suas lutas demandadas por novas formas de satisfação de necessidades, fora das normas estabelecidas pelos benefícios da economia de mercado.

OS FILHOS DA PÓS-MODERNIDADE

O que podemos perceber é que a configuração deste novo sujeito mostra a face de uma subjetividade cheia de vazios, onde a insegurança, o medo de errar, a falta de amor próprio, as dúvidas, a falta de motivações e esperança configuram uma subjetividade desestruturada⁸.

Trata-se de estado de vida em que qualquer pequena frustração ou desencontro pode desencadear processos limites e radicais. A falta de segurança e referências gera um navegar em uma obscuridade que pode trazer sobressaltos assustadores e incontroláveis.

Então, mostram-se os sintomas patológicos da nova estrutura do lar, e, por conseguinte da sociedade, onde não se propicia mais o espaço para a vida simbólica,

emoções, onde não se demonstra mais o amor, mas vive-se em função do ter e do que se percebe como concreto da vida.

Segundo o autor⁸ é com a prevalência desta estrutura familiar que nossos jovens internalizam valores deturpados em que o ter é mais importante do que o ser. Deparamo-nos nos corredores das universidades, nas ruas das cidades, nas festas de fim de semana, com jovens que são a personificação real da figura de “deus-bebê”, que a autora refere em seus textos, ao descrever o sujeito se comportando na sociedade como criança ou como um narciso autocentrado expresso num egoísmo extremado, resultando em atitudes desastrosas que nada acrescentam para si e para a sociedade. E podemos ver isso de maneira muito real por meio do consumismo exacerbado, visto que são presas fáceis da sedução de propagandas bem elaboradas, pensadas para atingir sua emoção, sua vaidade e sua insegurança.

Pensando em si mesmo, em “aparecer” para seus amigos e “sair-se bem na foto”, para mostrar-se nas comunidades *cybers*, o jovem contemporâneo sai na busca de si mesmo, tentando achar-se em vários e múltiplos lugares. Será que ainda podemos falar de afetividade, da força do afeto? Falar de amor, desolidariedade, de harmonia, de alegria? O que acontece com os tempos modernos ou pós-modernos? O amador da vida faz do mundo a sua família? Que família? Parece que na pós-modernidade se evoca um tempo que não mais existe. Mas a necessidade de não nos perdermos nos joga para a crença de que esse tempo ainda existe. Trata-se de um tempo de outro espaço, ou em outra dimensão humana onde os valores forjados na cultura da ética e da solidariedade prevaleçam.

Entretanto, esse espaço evocado da vida sociocultural não coincide com o tempo presente no qual ainda evocamos uma família bem estruturada para que, aí, o jovem cresça emocionalmente saudável. Estamos sendo ingenuamente românticos? O que vemos é um eu insaciável do “não eu” que, no dizer do autor⁹, a cada instante revela em imagens vivas a fragilidade da vida sempre instável e fugidia. O “não eu” e o não lugar fazem parte da novidade matizada da pós-modernidade “Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade”¹⁰. Os jovens de classe média de Criciúma, por exemplo, divertem-se à noite fazendo um *tour* pelos lugares de diversão e não ficam em nenhum deles. É o que foi amplamente demonstrado em pesquisa do GIPMAUR¹¹.

Os jovens se veem como perdidos em alto mar numa canoa que ora balança, e que ora é arremessada contra os rochedos da vida moderna com todos os seus sustos, seus medos e sua insegurança.

Inseguros e desencantados! Este parece ser o retrato do jovem pós-moderno que procura no turbilhão das páginas da internet ou na multidão que enche as ruas e avenidas das grandes metrópoles, as respostas que nunca encontra. O que dizer de nossas crianças e nossos jovens que habitam as periferias de nossas cidades hoje? O problema das periferias urbanas na visão de Paugam¹² não pode ser explicado só pelas formas de segregação espacial e a desigualdade face à habitação. O mais cruel é a degradação das relações sociais no seio das cidades desertadas e as dificuldades crescentes da população diante do sentimento de solidão, de desesperança, de vazio da existência.

Se hoje o debate não repousa mais enfaticamente sobre as desigualdades sociais, não é porque elas tenham desaparecido, mas são, segundo o autor citado, “renovadas sob

diversas formas e não são mais suficientes, por elas mesmas, para explicar os fenômenos de ruptura da crise identitária que caracteriza o processo de exclusão”¹². A crise da modernidade ou da pós-modernidade, como diz o autor⁹, entre outras coisas se caracteriza pelo esfacelamento do sujeito.

A pobreza não é um fenômeno novo, mas agora ela é fabricada, como consequência da modernização. O estatuto individual de que falou autor⁸ chegou também até eles. O sentimento de frustração em querer coisas materiais, *status* e não poder, remete-os a uma culpa por sentirem-se impotentes e derrotados na competição com os demais.

VALORES NA COOPERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA VIDA

Segundo os autores¹³ não se trata, evidentemente, de um desejo de mistificação e, muito menos, de uma busca do retorno da magia. Não se trata de um retorno ao animismo. Segundo os autores, a “antiga aliança” animista está morta e bem morta. O apelo assume posição pela derrubada das fronteiras artificiais existentes no processo de conhecimento humano, na busca de uma aproximação do ser humano com a natureza, pois o nosso mundo também não é o da “aliança moderna”. Hoje presenciamos uma “nova aliança”.

Chegou o tempo de novas alianças, desde sempre firmadas, durante muito tempo ignoradas, entre a história dos homens, de suas sociedades, de seus saberes, e a aventura exploradora da natureza¹³.

A ciência moderna, de certa forma, se constituiu contra a natureza, pois lhe negava a complexidade, pretendendo reduzi-la a leis acessíveis¹³. A ciência não é só manipulação da natureza, mas é também e, sobretudo, esforço para compreendê-la. “A natureza recusa exprimir-se na linguagem que as regras paradigmáticas supõem, e a crise (...) explode com tanto mais força, quanto era cega a confiança”¹³.

O relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais, em 1996¹⁴ comenta:

Se isto põe um problema grande aos estudiosos das ciências naturais, ainda maior é aquele que coloca aos cientistas sociais. Transpor o reencantamento do mundo para uma prática razoável e eficaz não será fácil. Mas parece-nos ser uma tarefa urgente para os cientistas sociais¹⁴.

A discussão do conceito de Desenvolvimento Humano e Sustentável certamente deve passar por dentro dessas mesmas preocupações apontadas por Ilya Prigogine e pela Comissão Gulbenkian, no quadro de estabelecer uma reconciliação entre a ciência, a humanidade e a vida natural (em todas as suas formas e expressões). Precisamos de um sério processo de reeducação para re-habilitar o paradigma da harmonia, soterrado sob o entulho da desarmonia e da violência.

Um passo necessário é a transdisciplinaridade que, ao estabelecer um novo diálogo entre saberes disciplinados e “não-disciplinados”, facilita o ressurgimento de perspectivas e percepções esquecidas pela racionalidade moderna, mas radicalmente

necessárias para a “novaaliança”, na superação da “antiga aliança” e da “aliança moderna” Com a intensificação do processo de globalização mudanças ambientais globais, assiste-se, no presente, à exacerbação da degradação ambiental do planeta. Como já foi sinalizado anteriormente, as cidades, pontose áreas de flagrante destaque neste cenário, registram os mais graves problemas relativos àdegradação do ambiente e da sociedade.

Estudos diferentes, em distintos locais do planeta, têmindicado a necessidade de mudanças urgentes do padrão de desenvolvimento ocidental comoforma de reduzir a degradação e promover a qualidade e as condições de vida da população.

Urge, neste contexto, investir na mudança de valores e atitudes da sociedade, pois que adegradação do ambiente reflete, em última instância, a própria degradação do ser humano e da suaforma de viver em sociedade. Recuperar a degradação dos elementos da natureza resultará, de forma direta, narecomposição das condições ambientais necessárias ao desenvolvimento humano e dasociedade, todavia faz-se mister apostar, primeiramente, no resgate dos valores que alicerçam arelação entre os próprios seres humanos, e entre estes e a natureza.

O sucesso da luta ambientalista, buscando a preservação e a conservação ambiental, somente logrará sucesso se investirmos na busca de ajudar a população tomar consciência, por meio do pensamento crítico, destacando oimportante papel dos sujeitos na promoção de uma vida que seja rica em valores humanos, enão embasada no consumismo que marca a sociedade ocidental. Aposto, assim, nacompreensão de que é necessário promover um deslocamento da busca de satisfação humanana materialidade da existência, para uma realização plena nas relações que sustentam a vida noplaneta.

Ainda aliadas à idéia de identidade estão as noções de “tempo” e “espaço”. Segundo o autor¹⁰, os indivíduos são movidos por seus projetos que requerem tempo e movimento no espaço. Dessa forma,

(...)as biografias individuais podem ser tomadas como “trilha da vida no tempo e espaço, começando com rotinas cotidianas de movimento (da casa para a fábrica, as lojas, a escola, e de volta para casa) e estendendo-se a movimentos migratórios que alcançam a duração de uma vida [...]”¹⁰

A identidade é um processo histórico-cultural. Aliás, sociologicamente torna-se mais apropriado centrarmos a nossa atenção nos processos de identidade, mais do que nas identidades propriamente, pois estas sempre estão em processo. Segundo o autor:

É na maneira com que um indivíduo ou um grupo (uma coletividade) estabelece a relação entre seu futuro e seu passado ou, ainda, entre seus projetos e sua trajetória, que temos, de forma particular, as indicações principais para desvendar qual é a sua identidade¹⁵

Assim, a identidade inclui o passado e o presente, o vivido e o que está por vir, o que já foi conquistado e o almejado.

As práticas espaciais e temporais de toda a sociedade são abundantes em sutilezas e em complexidades. Como elas estão estreitamente implicadas em processos

de reprodução e transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre seu uso.

A história de mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve aprender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais¹⁰.

Os seres humanos se movimentam em uma permanente e complexa costura das dimensões do espaço e do tempo. As degradações espaço-temporais de toda ordem tornam difícil a sua recomposição humana enquanto portadores de vida e de futuro. Somente através de valores como a amorosidade, a criatividade e a solidariedade abrirem-se-ão as portas desta nova fecundidade.

Talvez tenhamos que acrescentar que amorosidade, criatividade e solidariedade só têm condições de vingar efetivamente no chão fértil do reconhecimento. Sem sentir-se profundamente reconhecido como sujeito, o ser humano tende a definhar e a tornar-se estéril em sua amorosidade, criatividade e solidariedade. Ou, pelo lado afirmativo: o reconhecimento é o maior combustível da vida amorosa, criativa e solidária. O futuro da humanidade reside no cultivo do reconhecimento humano.

SOBRE VALORES HUMANOS

As Ciências Humanas nos proporcionam diferentes aproximações. Para a antropologia, para iniciar, cada sociedade e inclusive cada grupo e categoria sociocultural desenvolve seu sistema de valores, que é aprendido durante o processo de socialização.

Em termos sociológicos, ressalta-se a importância das pessoas, grupos, povos e sociedades tenderem a diferenciar-se entre si, não só pelos valores que professam, mas pelos modos como estes são organizados e hierarquizados em seu respectivo sistema.

Já em nível de abordagem jurídica e política, alguns valores são reconhecidos como mais absolutos, universais, globais e “eternos” do que outros, de caráter mais relativo, particular, local e temporal.

Por fim a chave que a história nos propõe, é que embora os valores se caracterizem pela sua relativa estabilidade, são passíveis de alterações e estão implicados com o contexto sociocultural vigente.

De pouco nos ajudam as ciências, se não nos deixarmos envolver por um profundo sentimento de compromisso frente ao contexto de degradação, desagregação e desequilíbrios vivenciados pela humanidade no momento presente.

Neste contexto que a humanidade vive, não basta, também, trazer à tona o apelo aos valores básicos que estão inscritos nos Direitos Humanos, como o direito à vida, o direito à saúde, à educação, à moradia, ou, mais profundamente, o direito à felicidade, como uma espécie de “tábuas da lei” escritas em um momento de lucidez da humanidade.

É necessário que o objeto da degradação seja reconhecido em sua dignidade. A vida em sua diversidade de expressões está sendo degradada. O ser humano está sendo degradado. As relações entre os seres humanos estão sendo degradadas. Aliás, o próprio termo “degradação” é revestido de extremo vigor, quando tomamos consciência de quem é odegado e, mais radicalmente, quando tomamos consciência de quem é o degradante.

O contrário de ser degradado é ser reconhecido. Quem reconhece a importância de cada ser vivo, cuida do mesmo e busca sempre criar um clima favorável para que ele possa ser, desabrochar, afirmar-se, viver e espalhar vida.

Quando nos perguntamos, hoje, sobre quais são os valores que agregam vida? Quando nos damos conta que a desagregação e a degradação da biosfera vêmacompanhadas da própria desagregação e degradação humanas, só temos uma resposta certa: a subjetividade integrada da qual nos fala os autores^{8,2}acompanhada de amorosidade, criatividade e solidariedade. Tudo isto sendo cultivado no terreno fértil do reconhecimento. Quando isto não se realiza, o desequilíbrio psicossocial se instaura, decorrendo de processos de violências incontroláveis vividas pelos seres humanos, consigo mesmos, com os outros e em sua relação com a própria natureza.

Observa-se que ao longo da história os desequilíbrios psicossociais, relacionados com desagregações e degradações humanas e sociais, ocupam uma parte importante da vida das pessoas, das famílias, das comunidades, das cidades e dos povos. Isto muitas vezes, e, talvez, em sempre maior frequência, vem acompanhado pelos desequilíbrios, desagregações e degradações da natureza.

Como alcançar o bem-viver, a felicidade, a satisfação e sustentabilidade humanas em um contexto de sempre mais acelerado caminho que aponta para o contrário? Concluímos esta reflexão, com a afirmação daquilo que é o elementar básico: o ser humano e o seu poder transformador. Nada está perdido. Tudo está nas mãos do ser humano. Na medida em que se multiplicaram os gestos criativos de homem e mulher no sentido do amor, do cuidado, do bem querer, da afirmação da vida e da excelência criadora do trabalho humano, mais sementes de reconhecimento estarão sendo semeadas no chão fértil da humanidade.

REFERÊNCIAS

1. Gonçalves TM. *Sobre os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento*. Unesc: Texto produzido para o grupo de trabalho Meio Ambiente e Valores Humanos, Criciúma; 2009.
2. Pol E. La apropiación del Espacio. In: Iñiguez, L, Pol. E. *Monografías Psicoso-socio-ambientales*. Barcelona: Universitat de Barcelona; 1996.
3. Harvey D. *17 Contradições e o fim do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial; 2016.
4. Harvey D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: edições Loyola; 2004.
5. Leff, E. *Racionalidad ambiental: la apropiación social de la naturaleza*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores; 2004.
6. Galloping G. *Calidad de vida y necesidades humanas, sistemas ambientales venezolanos*. Caracas: Marnr; 1982.

7. Rivière HP. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes; 1983.
8. Damergian S. *A construção da subjetividade na Metrópole Paulistana: Desafios da contemporaneidade*. São Paulo: Educ; 2001.
9. Giddens A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP; 1991.
10. Harvey D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola; 1998.
11. Gipmaur Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Estudos e Pesquisa sobre Meio Ambiente e Espaço Urbano-Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Os postos de Gasolina transformados em point pelos jovens de Criciúma-SC. Relatório de Pesquisa; 2012.
12. Demo P. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados; 1998.
13. Prigogine I, Stengers I. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora UNB; 1984.
14. Wallerstein I. *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; 1996.
15. Follmann JI. Identidade como conceito sociológico. *Cien. Soc. Unisinos* 2001; 37(158):43-66.